

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP**  
**Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia**

**TAINARA CATELI SETTE**

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A MEDICINA  
VETERINÁRIA DE ANIMAIS SILVESTRES**

Botucatu

2025

TAINARA CATELI SETTE

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A MEDICINA VETERINÁRIA  
DE ANIMAIS SILVESTRES

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado à Faculdade de Medicina Veterinária  
e Zootecnia da Universidade Júlio de Mesquita  
Filho, Câmpus de Botucatu, SP, para a obtenção de  
grau de Médico Veterinário

Área de Concentração: Animais Silvestres

Preceptor: Prof<sup>a</sup>. Dra. Noeme Sousa Rocha

Coordenador de Estágios: Prof<sup>a</sup>. Dra. Camila  
Michele Appolinário

Botucatu  
2025

S495i	<p>Sette, Tainara Cateli</p> <p>A importância da educação ambiental para a medicina veterinária de animais silvestres / Tainara Cateli Sette. -- Botucatu, 2025 19 p.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Medicina Veterinária) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Botucatu Orientadora: Noeme Sousa Rocha</p> <p>1. Educação Ambiental. 2. Animais silvestres. 3. Saúde única. I. Título.</p>
-------	---

TAINARA CATELI SETTE

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A MEDICINA  
VETERINÁRIA DE ANIMAIS SILVESTRES**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado à Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade Júlio de Mesquita Filho, Câmpus de Botucatu, SP, para a obtenção de grau de Médico Veterinário

Área de concentração: Animais Silvestres

Data da defesa: 10/11/2025

Banca examinadora:

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Noeme Sousa Rocha - FMVZ/UNESP

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Renee Laufer Amorim - FMVZ/UNESP

Me. Ricardo Shoiti Ichikawa - FMVZ/UNESP

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço Olódùmarè e os Orixás, em especial Èṣù pela orientação, Ògún pela sua força e a Òṣun. Agradeço à minha mãe, Flávia Aparecida Cateli, e a todos aqueles que vieram antes de mim, e que permitiram que eu chegasse até aqui. Agradeço minha família de terreiro e amigos, e todos os professores presentes na minha vida como estudante, em especial minha orientadora Noeme Sousa Rocha. Por último, agradeço a minha criança, apaixonada pelos animais e pela natureza: nós conseguimos.

Agradeço a todos os animais que me ensinaram tanto, as matas e seus protetores. A natureza é a maior professora de todas.

## RESUMO

O crescente impacto das atividades antrópicas, a degradação ambiental e a perda da biodiversidade têm intensificado a necessidade de estratégias de mitigação para a conservação da fauna silvestre. Nesse contexto, a Medicina Veterinária assume um papel cada vez mais relevante, não apenas no atendimento clínico, no manejo ou na reabilitação desses animais, mas também como agente de promoção de práticas educativas voltadas à sensibilização da sociedade. Este trabalho tem por objetivo discutir a importância da Educação Ambiental como ferramenta na atuação do Médico Veterinário junto à fauna silvestre, integrando ações em educação ambiental à prática da profissão, visando a prevenção da maior parte da casuística dessa área, como o tráfico, o abandono e os atropelamentos. Observa-se uma lacuna quanto à abordagem socioambiental da profissão, o que limita o engajamento efetivo dos profissionais nesse campo. Conclui-se que a incorporação da Educação Ambiental representa uma estratégia fundamental para a promoção da conservação da fauna silvestre e o fortalecimento do compromisso ético e ambiental da profissão.

Palavras chave: educação ambiental; fauna silvestre; sensibilização social.

## ABSTRACT

The growing impact of anthropogenic activities, environmental degradation, and the loss of biodiversity have intensified the need for mitigation strategies for wildlife conservation. In this context, Veterinary Medicine plays an increasingly relevant role, not only in the clinical care, management, or rehabilitation of these animals, but also as an agent for promoting education practices aimed at raising public awareness. This paper aims to discuss the importance of Environmental Education as a tool in the work of the veterinarian with wildlife, integrating environmental education actions into professional practice, with a view to preventing the most common cases in this area, such as trafficking, abandonment and roadkill. There is a noticeable gap in the socio-environmental approach of the profession, which limits the effective engagement of professionals in this field. It is concluded that the incorporation of Environmental Education represents a fundamental strategy for the promotion of wildlife conservation and the strengthening of the ethical and environmental commitment of the profession.

**Keywords:** environmental education; wildlife; social awareness.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	8
2. DESENVOLVIMENTO.....	10
2.1. Um parecer sobre os caminhos da Educação Ambiental até aqui .....	10
2.2. O papel do médico veterinário para além do senso comum: um aliado da educação ambiental.....	11
2.3. Teoria e Práticas alinhadas: conexões reais entre a Educação Ambiental e a atuação do Médico Veterinário .....	12
3. CONCLUSÃO .....	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	16

## 1. INTRODUÇÃO

A perda da biodiversidade representa um dos maiores desafios ambientais do século XXI, implicando de forma significativa os ecossistemas e a sobrevivência de inúmeras espécies silvestres. O Brasil, reconhecido como um dos países com maior diversidade biológica do mundo (Myers et al., 2000), enfrenta, contudo, sérios desafios decorrentes do avanço de atividades antrópicas, como o desmatamento, a expansão urbana, a caça ilegal e os atropelamentos em rodovias, que contribuem para o declínio populacional de diversas espécies (ICMBio, 2023). Estima-se que milhões de animais sejam afetados anualmente por esses fatores, sendo que apenas os atropelamentos de mamíferos de médio e grande porte nas rodovias brasileiras chegam próximo de nove milhões de indivíduos por ano (PINTO et al., 2022), evidenciando a necessidade de medidas de mitigação.

Nesse contexto, a educação ambiental surge como uma ferramenta fundamental para promoção de mudanças de comportamento, fomentar o conhecimento à população para a conservação da fauna e orientar práticas sustentáveis (Sauvé, 1996; Dias, 2004). No âmbito da medicina veterinária de animais silvestres, sua importância torna-se ainda mais evidente, visto que profissionais qualificados e sensibilizados podem atuar além do manejo, atendimento e reabilitação, mas também na prevenção de impactos ambientais e na sensibilização da sociedade acerca do meio ambiente. (CFMV, 2016; GOIOZO, 2020).

Nesse sentido, a integração da educação ambiental às práticas de medicina veterinária de animais silvestres emerge como uma necessidade premente, especialmente diante do aumento de casos de atropelamentos, tráfico, queimadas e doenças zoonóticas que afetam esses animais (Bager & da Rosa, 2011; Conceição et al., 2020; Vasconcelos, 2023).

A falta de sensibilização ambiental da população e a escassez de programas educativos voltados para a conservação da fauna evidenciam lacunas que dificultam a mitigação desses impactos (Silva; Ramires Junior; Kashiwaki, 2019). Assim, a educação ambiental, ao promover o conhecimento e a sensibilização, constitui uma ferramenta preventiva capaz de reduzir significativamente os riscos antropogênicos, fortalecendo o papel do médico veterinário como agente de conservação e saúde pública (Lima et al, 2023; Puglia, 2022).

Dentre a conjuntura ambiental analisada, este trabalho tem como objetivo demonstrar que a educação ambiental é uma ferramenta fundamental para minimizar os impactos humanos sobre a fauna brasileira. Busca-se destacar como a consciência ambiental pode reduzir as principais

casuísticas de origem antrópica desses animais silvestres, fortalecendo o papel multidisciplinar da medicina veterinária para a defesa do meio ambiente.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1. Um parecer sobre os caminhos da Educação Ambiental até aqui

No Brasil, a Educação Ambiental (EA) é reconhecida legalmente pela Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99, sendo compreendida como um processo continuado no qual indivíduos e coletividades constroem valores, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à conservação ambiental e à promoção da sustentabilidade (Brasil, 1999).

No cenário internacional, destaca-se historicamente o tema na Conferência Intergovernamental de Tbilisi, organizada pela UNESCO em 1977 (IBAMA, 1996), defendendo a ideia de que a EA deve favorecer a participação ativa e crítica da sociedade como um todo na resolução dos problemas ambientais.

Com isso, percebe-se a amplitude de discussão dessa temática, visto que o debate não está restrito apenas à atuação nos centros de educação formal, mas na sociedade como um todo. Nesse sentido, autores como Genebaldo Freire Dias (2023) reforçam que a EA não deve ser restrita apenas a práticas escolares, mas abranger diferentes espaços sociais, incentivando mudanças de comportamento individuais e coletivos. A pluralidade de experiências em diferentes contextos cria a necessidade da existência de diferentes formas de se fazer a educação ambiental. Lucie Sauvé (2005) descreve esse cenário como “campo”, sendo um território diversificado, composto por diferentes visões, abordagens e correntes, que vão desde conservacionistas até as críticas, que articulam a esse tema a transformação social.

O surgimento da Educação Ambiental como campo de conhecimento e prática formal está intrinsecamente ligado à sensibilização global sobre os problemas ambientais, tendo como marcos a Conferência de Estocolmo em 1972 e a Conferência de Tbilisi, que em 1977 estabeleceu os princípios e objetivos fundamentais da Educação Ambiental. Contudo, a trajetória no Brasil seguiu um caminho particular, fortemente influenciado pela conjuntura histórica e política. O artigo de Cruz, Melo e Marques (2016) destaca que, durante o regime militar, a discussão ambiental era limitada, e o tema, quando abordado, frequentemente esvaziado de seu potencial político e social, resultando em uma visão conservacionista e acrítica.

A verdadeira institucionalização da EA no país só ganhou destaque após a redemocratização, com a inclusão da temática na Constituição Federal de 1988 e, com a criação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), que a elevou a um componente permanente

e essencial na educação nacional, formal e não-formal, abrindo o caminho para o desenvolvimento de abordagens mais críticas e engajadas.

A Educação Ambiental não se configura como um campo de conhecimento unívoco, mas sim como um conjunto de correntes e macrotendências político-pedagógicas que disputam suas narrativas frente suas práticas nos territórios. Conforme demonstrado por autores como Lucie Sauvé (2005) e, no contexto brasileiro por Philippe Pomier Layrargues e Gustavo Ferreira da Costa Lima (2014), a EA abrange uma diversidade de abordagens que refletem visões de mundo distintas. Essa pluralidade conceitual, que vai desde perspectivas mais focadas na sensibilização individual até aquelas que buscam a transformação das estruturas sociais, é fundamental para compreender a complexidade do campo e as diferentes maneiras de se atuar na conservação do meio ambiente.

No que tange às diversas correntes da Educação Ambiental, a análise de Lucie Sauvé (2005) destaca a existência dessa diversidade de abordagens. As concepções mais tradicionais, incluem a corrente naturalista e a conservacionista por exemplo, que embora valiosas na sensibilização individual, tendem a abordar a problemática ambiental de forma isolada, muitas vezes desconsiderando as complexas causas sociais e políticas que a fundamentam. Em contrapartida, as macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira, conforme analisadas por Layrargues e Lima (2014), se alinham à crítica de que as concepções anteriores desconsideraram as causas sociais da crise ambiental. Nesse sentido, a Educação Ambiental Crítica emerge como uma vertente que questiona as raízes ideológicas, políticas e econômicas. Inspirada em Paulo Freire essa abordagem entende que a educação não é neutra, mas um ato político que deve promover a emancipação e transformação social. O objetivo não é apenas mudança de hábitos individuais, mas a reflexão sobre as estruturas de poder que geram a insustentabilidade e as desigualdades sociais, promovendo a participação cidadã na construção de uma sociedade em relação com o meio ambiente.

## 2.2. O papel do médico veterinário para além do senso comum: um aliado da educação ambiental

O papel do médico veterinário vai além da clínica e do cuidado individual com os animais, abrangendo também responsabilidades éticas com a sociedade e o meio ambiente. O Código de Ética do Médico Veterinário (CFMV, 2016) estabelece que é dever da profissão zelar pela saúde animal, pela saúde pública e pela saúde ambiental, reconhecendo a indissociabilidade entre

esses campos. Assim, o médico veterinário se consolida como um agente fundamental na interface entre a saúde animal, humana e ambiental: a saúde única.

A abordagem da Saúde Única, ou One Health, reforça ainda mais o papel do médico veterinário nesse cenário. Esse conceito, amplamente reconhecido por organizações internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), destaca a interdependência dessas três saúdes (Zinsstag et al., 2011; Mackenzie & Jeggo, 2019). No contexto da medicina veterinária de animais silvestres, essa perspectiva é essencial para compreender que a degradação dos ecossistemas, o tráfico de animais e o contato desordenado entre espécies favorecem a disseminação de zoonoses e desequilíbrios ambientais. Ao reconhecer que a preservação dos habitats naturais é uma medida preventiva de saúde, a Saúde Única amplia o campo de atuação do médico veterinário, que contribui também na mitigação de impactos ambientais, na promoção da defesa da biodiversidade e na proteção e qualidade de vida das populações humanas e não-humanas. Essa interdependência entre ecossistemas, saúde e doença é reforçada por estudos que destacam como a fragmentação e a degradação ambiental ameaçam os serviços ecossistêmicos, favorecendo o surgimento de doenças infectocontagiosas, ou seja, soluções efetivas dependem de abordagens integradas (Sleeman, 2019).

Logo, a Educação Ambiental, especialmente em sua abordagem crítica, confere à atuação veterinária um papel educativo, sendo um profissional importante no diálogo com a sociedade a adotar práticas que respeitem a fauna, e os sistemas naturais. Um estudo de mapeamento de ONGs de educação ambiental no estado de São Paulo revela que a EA, quando não crítica, cede à superficialidade e à fragmentação, falhando em promover transformações sociais mais profundas (Fossaluzza, 2015). Ao unir essas práticas com os princípios da Saúde Única, o médico veterinário torna-se agente estratégico de prevenção, destacando a relevância de processos educativos que superem a mera sensibilização e promovam transformação social.

### 2.3. Teoria e Práticas alinhadas: conexões reais entre a Educação Ambiental e a atuação do Médico Veterinário

A atuação do médico veterinário de fauna silvestre encontra um campo fértil para a aplicação dos princípios de Saúde Única e Educação Ambiental em projetos de extensão universitária. O Projeto Passarinhando, uma iniciativa do Instituto de Biociências (IBB) da UNESP de Botucatu,

ilustra como a interface entre a academia e a comunidade pode ser estratégica para a conservação e a promoção de uma relação mais saudável com o ambiente. O projeto, focado na educação ambiental e na conservação da avifauna local, atua de forma contínua engajando crianças e a comunidade escolar em atividades práticas de observação e reconhecimento de espécies (UNESP, 2025). Ao utilizar um fragmento de Cerrado com uma nascente adjacente a uma escola pública como “laboratório vivo”, e ao envolver os estudantes em atividades de campo, o projeto promove uma ação que supera a superficialidade, incentivando o senso de pertencimento e responsabilidade coletiva com o ambiente ao seu redor. A atuação direta no projeto de profissionais da Medicina Veterinária reforça a intersecção entre Saúde Única, Meio Ambiente e Educação.

Outro exemplo prático que converge com a perspectiva de uma atuação preventiva e transformadora é o Projeto Kayru, vinculado à Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA) da UNESP de Botucatu. Criado em 2019, o projeto se destaca por sua abordagem de educação e comunicação, voltada à disseminação de conhecimento sobre as Unidades de Conservação (UCs) locais, como o Parque Natural Municipal Cachoeira da Marta e a Floresta Estadual de Botucatu (UNESP, 2019). O projeto atua na rede pública de ensino, desenvolvendo atividades lúdicas e vivências em áreas naturais com os alunos, além de capacitar professores para a inserção do tema em suas disciplinas, formando agentes multiplicadores de consciência ambiental. Ao focar nos serviços ecossistêmicos prestados por essas áreas, o projeto exemplifica uma abordagem integrada, valorizando a preservação dos habitats como pilar fundamental para a saúde da comunidade e prevenção de desequilíbrios ecológicos.

Os projetos de conservação também são oportunidades de atuação para veterinários e, em sua maioria, realizam diversas atividades de educação ambiental. O Projeto Caiman, iniciativa do Instituto Marcos Daniel em parceria com o Instituto Últimos Refúgios, tem como foco a pesquisa e a conservação do jacaré-do-papo-amarelo (*Caiman latirostris*) e de seu habitat na Mata Atlântica (Instituto Marcos Daniel, s.d.). A escolha da espécie como bandeira é estratégica, pois ao proteger os jacarés, o projeto contribui para a conservação de todo o seu ecossistema. O projeto demonstra a interdependência entre a saúde dos jacarés, a qualidade dos corpos d’água e a saúde pública, especialmente nas áreas urbanas, onde o contato com a fauna é cada vez mais frequente. Além de conduzir pesquisas científicas sobre a ecologia e a saúde dos jacarés, o projeto investe fortemente na educação ambiental, realizando diversas ações de sensibilização para a comunidade. Tais atividades buscam formar agentes de mudança e combater as causas estruturais frequentes no território como por exemplo a caça, demonstrando a aplicação prática da educação ambiental na resolução de problemas sociais complexos.

Outro projeto que realiza essa integração em sua prática é o Programa Centrofauna, do Instituto Floravida, localizado em Botucatu, São Paulo. O programa atua como CETRAS - Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres, como Área de Soltura para as espécies da região, e também como projeto de Educação Ambiental para crianças e idosos. A importância de projetos como esse se dá na capacidade de atuar diretamente nas três esferas da Saúde Única: do ponto de vista da saúde animal, oferecendo cuidados médicos e reabilitação, buscando o bem-estar *in-situ* e *ex-situ* das espécies atendidas; em relação à saúde humana, realizando o manejo adequado desses animais, muitas vezes provenientes de apreensões, contribuindo para o controle de zoonoses, e promovendo práticas educativas ao ar livre no local, proporcionando bem-estar aos participantes; e por fim na esfera ambiental, visto que o projeto devolve a fauna reabilitada ao seu habitat e protege a área verde local e toda biodiversidade que ali o habita (Instituto Floravida, s.d).

A análise desses projetos, que trazem a intersecção entre educação ambiental, medicina veterinária e saúde única demonstra que tais conceitos não são meras abordagens teóricas, mas sim fundamentos de uma prática profissional transformadora. Tais iniciativas, ao envolver a comunidade local, valorizar seus conhecimentos e atuar em espaços não formais, exemplificam o potencial de uma educação que vai além da sala de aula para promover a conservação da biodiversidade. Ao integrarem suas atividades com a sensibilização do público, esses programas e projetos ilustram como a atuação do veterinário é plural e estratégica na comunicação para resolução de conflitos socioambientais e na construção de um futuro mais sustentável.

### 3. CONCLUSÃO

O presente trabalho demonstrou como a atuação do médico-veterinário na fauna silvestre transcende a dimensão clínica e se consolida em uma perspectiva futura mais diversa. As iniciativas de extensão e conservação analisadas, ao abordarem a problemática ambiental de forma integrada e participativa com seus coletivos, evidenciam a aplicação prática da Educação Ambiental, ilustrando como a atuação do médico veterinário capacitado nesse tema é crucial para o desenvolvimento de medidas de enfrentamento, diálogo com a sociedade e prevenção dos impactos antrópicos para os animais originários deste território. Conclui-se que a capacidade do veterinário de atuar como agente de transformação não é limitada à saúde individual de cada paciente, mas ampliada com a Educação Ambiental, sensibilizando a sociedade para uma responsabilidade coletiva com todo o ambiente, sendo uma ferramenta importante de promoção da Saúde Única. Conclui-se, portanto, que a valorização de uma capacitação integrada e transformadora é essencial para a prática da Medicina Veterinária, fortalecendo o compromisso ético e legal da profissão com o meio ambiente, buscando soluções eficazes para o enfrentando da crise climática e consolidando um novo paradigma de atuação profissional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGER, A., da ROSA, C.A. Influence of Sampling Effort on the Estimated Richness of Road-Killed Vertebrate Wildlife. *Environmental Management* 47, 851–858 (2011). Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s00267-011-9656-x>>. Acesso em 13 de Julho de 2025.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)>. Acesso em: 26 de Julho de 2025.

CONCEIÇÃO, D. S.; VANCCIN, P. D. A.; BATISTA, A. K. R.; et al. Impacto das Queimadas na Saúde Pública / The Impact of Burns on Public Health. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 6, n. 8, p. 59498–59502, 2020. Disponível em <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/15202>>. Acesso em: 26 de Julho de 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. Resolução nº 1138, de 16 de dezembro de 2016. Aprova o Código de Ética do Médico Veterinário. **Diário da União**, Brasília, DF, 25 de jan. 2017. Seção 1, p.148. Disponível em: <<https://manual.cfmv.gov.br/arquivos/resolucao/1138.pdf>> . Acesso em 13 de Julho de 2025.

CRUZ, C.A. da; MELO, I. B. N. de; MARQUES, S. C. M. A educação ambiental brasileira: história e adjetivações. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 11, p. 183-195, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2097/1385>> Acesso em 20 de Julho de 2025.

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. Gaia 9. Ed. São Paulo, 2004.

FOSSALUZA, André Santachiara. As ações em educação ambiental realizadas por Organizações Não-Governamentais no estado de São Paulo: alcances e limitações. 2015. 205 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/242a4a34-b708-496b-9a30-acd980d923df>>. Acesso em 01 de Agosto de 2025.

GOIOZO, P. F. I. Saúde única: iniciativas dos acadêmicos do curso de medicina veterinária do UniBrasil. *Revista cultural do UniBrasil Centro Universitário*. Ano 9. Nº 1. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Educação Ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília, DF. Edições IBAMA, 1996. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/educacaoambientalasgrandesdiretrizesdaconferenciadetblisidigital.pdf>>. Acesso em 15 de Julho de 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Plataforma **Salve: Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade**. Brasília, 2023. Disponível em: <<http://salve.icmbio.gov.br/>>. Acesso em 12 de Julho de 2025.

INSTITUTO FLORAVIDA. Programa Centrofauna, Botucatu, [s.d.]. Disponível em: <<https://floravida.org.br/centrofauna/>>. Acesso em 02 de Agosto de 2025.

INSTITUTO MARCOS DANIEL. Projeto Caiman. [s.d]. Disponível em: <<https://www.imd.org.br/projeto-caiman>>. Acesso em 01 de Agosto de 2025.

LIMA, M. S. da C. I. et al. A Educação Ambiental como uma ferramenta para a conservação do meio ambiente. **Open Science Research X**. São Paulo, cap. 128, p. 1842-1856. Disponível em: <<https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/a-educacao-ambiental-como-uma-ferramenta-para-a-conservacao-do-meio-ambiente>>. Acesso em 24 de Julho de 2025.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. DA C.. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, v. 17, n. 1, p. 23–40, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 24 de Julho de 2025.

MACKENZIE, J. S.; JEGGO, M. The One Health Approach - Why Is It So Important? *Tropical Medicine and Infectious Disease*, v. 4, n. 2, p. 88, 2019. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2414-6366/4/2/88>>. Acesso em 24 de Julho de 2025.

MYERS, N., Mittermeier, R., Mittermeier, C. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature** 403, 853-858 (2000). Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/35002501>>. Acesso em: 13 de Julho de 2025.

PINTO, F. A. S.; BAGER, A.; CABRAL, A. R.; et al. Wildlife-Vehicle Collisions in Brazil: Roadkill Estimates across the Country. **Diversity**, 14(10), 835, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.3390/d14100835>>. Acesso em 12 de Julho de 2025.

PUGLIA, K. R. P. R. Educação ambiental transformadora para a conservação da avifauna recebida pelo Centro de Pesquisa e Medicina Veterinária em Animais Selvagens (CEMPAS), da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da UNESP. 2022. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/cd55459c-eb59-445c-91b4-ce6677e5dcd2>>. Acesso em 22 de Julho de 2025.

SAUVÉ, L. Em Uma cartografia das correntes em educação ambiental; Sato, M.; Carvalho, I. C. de M., eds.; Artmed: Porto Alegre, 2005, p. 17-44.

SAUVÉ, L. Environmental Education and Sustainable Development: A Further Appraisal. **Canadian Journal of Environmental Education**, v.1, p.7-54, 1996.

SILVA, N. F. A.; RAMIRES JUNIOR, C. G.; KASHIWAKI, E. A. L. Educação Ambiental para a conservação da fauna silvestre. **Anais do SEMEX**, [S. l.], n. 11, 2019. Disponível em: <<https://anaisonline.uems.br/index.php/semex/article/view/5507>>. Acesso em: 26 de Julho de 2025.

SLEEMAN, J. M. et al. Integration of wildlife and environmental health into a One Health approach. *Revue Scientifique et Technique*, v. 38, n.1, p. 91-102, 2019. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31564738/>>. Acesso em 26 de Julho de 2025.

UNESP. Projeto Kayru: Educação Ambiental e Unidades de Conservação. Botucatu, 2019. Disponível em: <<https://www.fca.unesp.br/#!/noticias/v/id:1852/projeto-ensina-criancas-sobre-as-unidades-de-conservacao/>>. Acesso em 27 de Julho de 2025.

UNESP. Projeto Passarinhando. Disponível em: <<https://www.passarinhando.com/>>. Acesso em 27 de Julho de 2025.

VASCONCELOS, Antony Stone Souza de. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ANIMAIS SILVESTRES NO BRASIL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 5, p. 4390–4413, 2023. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10211>>. Acesso em: 26 de Julho de 2025.

ZINSSTAG, J. et al. From “one medicine” to “one health” and systemic approaches to health and well-being. *Preventive Veterinary Medicine*, v. 101, n. 3-4, p. 148-156, 2011. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167587710002023>>. Acesso em 24 de Julho de 2025.